

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Geovana Ribeiro

**POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS  
LICENCIATURAS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DAS ATUALIDADES ÀS  
PERSPECTIVAS**

Santa Maria, RS, Brasil

2020

**Geovana Ribeiro**

**POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS  
LICENCIATURAS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DAS ATUALIDADES ÀS  
PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora e ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de Pedagoga.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Graziela Franceschet Farias

Santa Maria, RS, Brasil

2020

**Geovana Ribeiro**

POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS  
LICENCIATURAS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DAS ATUALIDADES ÀS  
PERSPECTIVAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora e ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de Pedagoga.

Aprovado em 30 de outubro de 2020

---

Graziela Franceschet Farias, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>  
Presidente/ Orientadora

---

Andréia Jaqueline Devalle Rech, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>  
Avaliadora

Santa Maria, RS, Brasil

2020

## DEDICATÓRIA

Dedico para a mulher da minha vida, que hoje és o anjo mais lindo do céu, minha mãe.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço as minhas amigas e futuras colegas de profissão, em especial ao meu “grupinho” por sempre me ajudar quando necessário.

Agradeço a minha orientadora pela paciência e auxílio para que o presente trabalho fosse criado.

Agradeço a minha família por me ajudar a chegar até aqui, sem eles não seria nada.

## **POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS LICENCIATURAS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DAS ATUALIDADES ÀS PERSPECTIVAS**

AUTORA: Geovana Ribeiro

ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Graziela Franceschet Farias

O corrente estudo tem por objetivo compreender que a Educação é um direito de garantias universais, assegurado pela Constituição Federal de 1988 e se constitui em um processo dinâmico de interação, transformação e ressignificações através dos quais, deve-se assegurar os movimentos de aprendizagem, vivências e experiências. No âmbito da Educação como um direito de todo o cidadão está a inclusão de alunos e crianças em turmas regulares e a aproximação destas com a escola e as famílias (BRASIL, 2015), fazendo parte de uma construção social da infância e de como as crianças se relacionam com o tempo e o espaço produtores de identidades e pertencimento. Aponto o imprescindível papel da escola de apresentar e dar significado ao mundo das letras, números, brincadeiras e autoconhecimento, considerando-a como instituição colaborativa que aproxima todos os envolvidos no processo de aprendizagem de modo que estes possam compreender sua importância. O presente trabalho é um estudo de caso, realizado em uma escola da rede particular de ensino na cidade de Santa Maria/RS onde foram observados alunos de diferentes anos do ensino fundamental de diferentes faixas etárias. No movimento proposto, busquei refletir a interlocução do estágio extracurricular com a necessidade de acolhimento das diferenças no processo de formação e de transformação da Educação Inclusiva e da Educação Especial no Brasil, entendo-as como direitos fundamentais em um país que almeja excelência educacional, que planeje e assegure direitos e formação de cidadãos plenos, processo esse que deve se iniciar, especialmente, pela Educação das crianças muito pequenas e pequena e estender-se até ao longo da vida.

Palavras-chave: Educação. Educação inclusiva. Formação de professores. Estágio extracurricular não-obrigatório. Aluno - Criança.

# **NATIONAL TRAINING POLICY OF LICENSURES' TEACHERS AND INCLUSIVE EDUCATION: FROM PRESENT TIMES TO PERSPECTIVES**

Author: Geovana Ribeiro

Advisor: Prof.<sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Graziela Franceschet Farias

The present study aims to comprehend that the Education is a universal warranty right, secured by the 1988's Federal Constitution, and its constituted by a dynamic process of interaction, transformation and resignification through securing the learning and experience movements. In the Education extent, as a citizen right, is the inclusion of students and children in regular classes and the approximation of these with the school and the families (BRASIL, 2015), being part of a childhood social construction and how children relate with time and space, producers of identities and belongs. To aim the indispensable school's role in presenting and giving meaning to the letters, numbers, games and self-knowledge world, considering it as a collaborative institution which approaches those involved in the apprenticeship process in a way that can comprehend its importance. The present study is a case study, performed in a private school in Santa Maria/RS, where was observed students from different grades of elementary school of different age ranges. In the proposed study, I pursued to reflect the extracurricular internship's interlocution with the necessity of acceptance in the differences in development and transformation process of Inclusive Education and Special Education in Brazil, acknowledging them as fundamental rights in a country which aims educational excellence, that plans and ensures the rights and formation of absolute citizens, a process that must initiate, specially, through the Education of young children and must extent throughout life.

Key-words: Education. Inclusive education. Teacher training. Non-obligatory extracurricular internship. Student- Child.



## SUMÁRIO

|   |             |
|---|-------------|
| <b>1- INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA</b>  | 10          |
| 1.1- PERCURSOS METODOLÓGICOS: DAS ESCOLHAS ÀS PRÁTICAS DE PESQUISA.....   | 11          |
| <b>2- REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>  | <b>12</b>   |
| 2.1- A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL E AS INTERAÇÕES DA COMTEMPORANIEDADE.....  | 20          |
| 2.2- O ESTADO DA ARTE SOBRE POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS INTERFACES COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....  | 23          |
| 2.3- O PROFESSOR PEDAGOGO E O UNIVERSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: ENTRE SABERES, PRÁTICAS E METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS FRENTE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O CICLO DE ALFABETIZAÇÃO..... | 26          |
| <b>3- UM PERCURSO REPLETO DE SIGNIFICAÇÕES: DOS ACHADOS NA EXPERIÊNCIA .....</b>  | <b>29</b>   |
| <b>4- CONCLUSÕES PARCIAIS .....</b>   | <b>35</b>   |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>..37</b> |

## 1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A inclusão escolar consiste resumidamente em incluir de forma igualitária todos os alunos das instituições escolares, não tolerando discriminações, seja de gênero, classe social, condições físicas ou psicológicas, etc. Esse tema surgiu no Brasil por volta dos anos 80, mas foi implementada nos anos 90, em alguns países já existia desde os anos 50. Garante aos alunos uma educação igualitária dentro de uma sala de aula regular.

Lembro-me do dia que decidi que faria a inscrição do vestibular em 2014, na cozinha da minha antiga casa, não sabendo de nada do currículo, e nem das adversidades que esse mundo mágico traria; cursando o último ano do ensino médio, eu tinha um colega em sala que tinha um problema de baixa visão, o auxiliamos na cirurgia do olho com uma rifa onde mobilizamos a escola toda com a nossa iniciativa, foi pensando assim, no próximo que eu entendi que era o que eu tinha nascido pra fazer, ajudar e marcar a vida escolar de alguma forma.

Ao começar a procura de estágios extracurriculares, sempre apareciam vagas para monitoria de aluno especial, e eu ficava pensando, “como assim monitoria”, passei por uma escola antes de ingressar por dois anos na instituição que marcou minha vida como acadêmica e futura professora. Comecei a trabalhar lá em setembro de 2016, e em dezembro desse mesmo ano, me ofereceram uma vaga para carteira assinada, específica a um aluno. Fiquei surpresa, mas muito contente com a notícia. Entrei o ano de 2017 com alguns medos, pois eu não o conhecia, só sabia que ele tinha autismo e que precisaria muito dos meus auxílios. Os primeiros meses foram complicados, até nós dois nos acostumarmos um com o outro, mas após esse período de adaptação, concluímos o ano da melhor forma e da mais realizada também.

Com essas experiências, como acadêmica, comecei a refletir sobre a prática dos professores no desenvolvimento dessas crianças, as quais muitas vezes necessitam mais de apoio e atenção. Como planejar uma atividade sem sair do contexto dos conteúdos que precisam ser trabalhados com a turma? Como saber incluir essa criança? De que forma o professor/pedagogo trabalha com ela? Assim, surgiram minhas dúvidas. Descobri nos estágios um sentimento ainda maior por

ensinar, em especial, essas crianças, as quais me abriram os olhos para a prática de ensino.

A partir disso, consta como problematização inicial: “Em que medida o Pedagogo em formação para a Educação Básica compreende e atua na perspectiva da Educação Inclusiva, contribuindo para o desenvolvimento da criança em idade escolar e para o processo de socialização e interação?”.

Assim, na sequência, como objetivo geral destaca-se: “Compreender o papel que o Pedagogo assume diante da Educação Inclusiva, considerando-a como uma necessidade da Educação Básica na atualidade”. A partir do objetivo geral, apontaram-se os seguintes objetivos específicos: a) elencar quais as práticas pedagógicas que pode auxiliar no desenvolvimento da criança; b) compreender quais as estratégias didático-pedagógicas se adequa ao processo de alfabetização na perspectiva da Educação Inclusiva; c) apontar práticas inovadoras na Educação Básica e a efetivação dos objetivos da Educação Inclusiva; d) destacar a relevância do trabalho pedagógico compartilhado com os pares para o processo de desenvolvimento humano no Ciclo de Alfabetização, bem como, o papel fundamental da parceria entre Pedagogos e Educadores Especiais em classes regulares.

No primeiro capítulo do presente trabalho, está descrito como a pesquisa, de caráter qualitativo foi pensada e planejada. No segundo capítulo apontei como surgiu basicamente a inclusão, como chegou no Brasil e à proporção que tomou e como as crianças adentraram nas Escolas. Relato também, uma breve linha do tempo da formação dos Pedagogos e como esse profissional se prepara para atender em sala de aula, principalmente no ciclo de alfabetização, as crianças em situação de inclusão nos dias atuais. O terceiro e último capítulo conta mais detalhadamente como foi a minha experiência com as crianças, como foi a nossa adaptação e como o presente trabalho criou vida.

## 1.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS: DAS ESCOLHAS ÀS PRÁTICAS DE PESQUISA

A partir dos objetivos descritos acima, a metodologia assumida para o desenvolvimento da pesquisa se constitui a partir da abordagem qualitativa do tipo bibliográfica, observando crianças no Ensino Fundamental de nove anos. Foram

observadas no total de quatro crianças, entre as quais suas Necessidades Educacionais Especiais são o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), a Síndrome de Down, a Síndrome de Asperger e também o Transtorno Opositor Desafiador (TOD).

Segundo os estudos de Deslaurier (1991) a pesquisa qualitativa não se preocupa com a representação numérica, mas sim, aprofundando-se para a compreensão de um determinado grupo social, organização, etc. Pesquisadores que utilizam métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, apresentando o que vai ser feito.

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

De acordo com Gil (1999), a observação é um elemento importantíssimo para a pesquisa, pois assim, será possível delimitar as etapas de um estudo: formular o problema, construir uma hipótese, definir variáveis, coletar dados e etc.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

A Educação pode ser compreendida em processo constante de transformação. Algumas delas podem ser consideradas drásticas, como temos observado nos últimos anos. Com essas mudanças, surge a necessidade de coisas novas, diferentes e a urgência para que isso entre em ação. Pensando dessa forma, quando essas novas visões se aproximam, quando novas bases teóricas surgem, o que já estava exposto começa a ficar para trás. Assim, podendo surgir medos, anseios e dúvidas do que estão chegando dessa forma, novas interpretações, alternativas e conhecimento para seguir adiante.

A inclusão é uma delas. Segundo Mantoan (2003), a inclusão provoca isso nas escolas, uma mudança drástica do que já estava familiarizado, fazendo uma reinterpretção da matéria-prima, a modernidade contesta o encaixe da inclusão dentro do mapa escolar.

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiram-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando

sua ação formadora por todos os que dela participam. (MANTOAN 2003, p. 12).

O modelo educacional que é usado no Brasil há um bom tempo mostra sinais de esgotamento, os ditos modelos tradicionais de ensino estão aos poucos sendo deixados de lado, surgindo uma nova forma de ensinar onde nesse momento, são oportunizadas transformações. A diferente forma social, cultural, na sua diversidade humana, vem ganhando mais espaço e sendo mais destacada nos últimos tempos, ou seja, conseguimos compreender o mundo, onde estamos e como somos.

Perante tantas novidades, a escola não pode ficar estagnada, não pode negar as mudanças que ocorrem na sociedade diariamente, não podem anular seus alunos e sim conseguir com que convivam em sociedade harmoniosamente. A escola precisa compreender que aprender é entender nossas origens, nossos valores e sentimentos, para assim saber onde queremos chegar. Precisamos aprender a nos expressar a partir de quem somos.

A partir de todas essas mudanças educacionais, a inclusão vem adentrando cada vez mais os processos descritos acima. O Brasil foi um país que se manteve atrasado nesse processo, onde muitos outros países penetraram em seu sistema anteriormente a lei sobre a inclusão. O movimento surgiu na década de 50, chegando aqui nos anos 80, mas só foi incrementada nos anos 90.

Historicamente, as pessoas com deficiência eram excluídas e discriminadas; a sociedade não tinha nenhuma preocupação com a sua educação e socialização com o outro. Ou seja, era um processo de discriminação dos indivíduos, isolando e introduzindo assim um preconceito.

No começo, a lei surgiu como princípio da integração escolar, para que todas as crianças socializassem, porém a experiência não deu certo. Assim, surgiram as classes especiais e as instituições especializadas. Foi uma educação paralela, primeiramente excluindo, ficando apenas a cargo dessas duas formas o método de ensino. Então, nos anos 90 quando a educação inclusiva chegou com toda a força no Brasil, os conceitos citados acima, começaram a ser modificados.

Em 1994, como resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que foi realizada na cidade espanhola de Salamanca, surgiu como um marco Político Internacional a Declaração de Salamanca. Com o

objetivo de propiciar diretrizes básicas para formular e reformar políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 17-18).

A inclusão surge para visar garantir que todos tenham direito e frequentem a sala de aula do ensino regular da escola comum, independentemente do tipo de deficiência, sendo grave ou não. É uma visão mais completa de inserção do que a de normalização, pois também exige mudanças da escola e da sociedade. Tanto o aluno com necessidades especiais como a escola e a sociedade precisam se adaptar a essa nova concepção; respeitando a diversidade.

Mas será que na prática acontece o que no papel foi enunciado? O currículo das escolas se democratizou e também se ampliou para novos grupos sociais, mas não se abriu a novos conhecimentos. Chegamos a um impasse, como nos afirma Morin (2001), pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se podem reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Se o que se pretende é reformular a educação, e formar uma educação inclusiva de verdade, é necessário que se redefina o plano de ensino, que incluam nas escolas um plano de educação voltada para a cidadania plena, livre de preconceitos, que envolva os diferentes, os reconhece e principalmente os valoriza.

A discussão em torno da inclusão cria inúmeras e infinitas polêmicas, provocando os professores e outros profissionais, como os da saúde, por exemplo, que tratam da adaptação das crianças dentro de sala de aula ou até mesmo em sociedade. Há também um grupo de pais e alunos que não são adeptos a inclusão, pois acham que o rendimento em sala e qualidade de ensino irá diminuir, então não gostam de receber esses novos alunos.

Existem dois vocabulários que podem ser utilizados nessas expressões, a “integração” e a “inclusão”. Ainda existem trocas com o uso correto do termo no âmbito educacional; a integração refere-se à inserção de alunos com deficiência em escolas comuns, mas também se pode dizer quando estão em grupos de lazer, residências para deficientes e alunos agrupados em escolas especiais. Por meio da

integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de várias possibilidades, que vai da inserção do ensino regular ao ensino em escolas especiais.

A partir da integração escolar, o aluno tem o direito de transitar no âmbito educacional, é uma inserção parcial, pois todos os seus atendimentos estão interligados, um auxiliando o outro. Os alunos que migram de escolas de ensino regular para escolas de ensino especial, raramente retornam para as classes regulares.

A integração escolar basicamente quer que o aluno se adapte as funcionalidades da escola, e não ao contrário. O aluno deve saber se encaixar no seu método de ensino e as suas exigências. Nesse caso também há uma seleção prévia dos alunos para depois ver quem realmente poderá frequentar as classes regulares.

Em contraposição, a inclusão diz totalmente o contrário, prevendo uma inserção escolar de forma radical, sistemática e completa. Nela, todos os alunos, sem nenhuma exceção devem frequentar as salas de ensino regular. As escolas inclusivas movem-se em torno desse aluno, organizam o seu sistema educacional, considera as necessidades e especificidades de cada aluno. A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam alguma dificuldade de aprender, mas todos em geral, para que obtenham sucesso na corrente educativa.

Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Sabemos, porém, que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele! (MANTOAN, 1999, p. 46).

A inclusão surge como um radicalismo, exigindo mudanças no sistema educacional. As escolas atendem todos juntos, sem discriminar, sem excluir, sem regras para planejamentos, sem algo pronto ou específico, tudo é ajustável, tanto o método quanto a avaliação. Assim, pode-se imaginar o quão impactante é a inclusão nos sistemas de ensino, ao abolir salas separadas para esses alunos e turmas especiais. Assim, a inclusão é uma provocação, onde sua total intenção é a melhoria de um ensino onde todos tenham acesso. A diferença entre interação e inclusão é algo gritante, onde cada uma sugere um método de ensino totalmente diferente da outra.

Por todas as coisas citadas acima, a inclusão mexe muito com o sistema educacional, faz os educadores saírem de sua zona de conforto, faz a escola buscar novas soluções e métodos de ensino. Então, a inclusão é uma educação que se pode chamar de plural, democrática e transgressora, ou seja, o direito à diferença nas escolas desconstrói o que já estava engessado, e se torna um sistema que respeita as diferenças, sejam elas quais forem.

Esse processo — a normalização — pelo qual a educação especial tem proclamado o seu poder propõe sutilmente, com base em características devidamente selecionadas como positivas, a eleição arbitrária de uma identidade “normal” como um padrão de hierarquização e de avaliação de alunos, de pessoas. Contrariar a perspectiva de uma escola que se pauta pela igualdade de oportunidades é fazer a diferença, reconhecê-la e valorizá-la. (MANTOAN, 2003, p. 20).

Assim, deve-se conhecer a pluralidade de nossa sociedade, suas diferentes culturas e formas de expressão; enfim, devemos construir uma nova ética escolar, que contenha uma engrenagem cônica. Então, afirma Santos (1995, p. 79), “é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza”.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V).

Mas será que na prática ocorre realmente o que está descrito acima? Será que o governo cumpre com sua parte? Ao falar disso, a Constituição não utiliza adjetivos e sim que a escola deve receber os alunos, assim toda a escola deve atender aos princípios educacionais, não podendo excluir nenhuma pessoa. Contudo, a Constituição garante a educação para todos, e para atingir o desenvolvimento humano e o preparo para a sociedade, pode-se dizer que a educação não pode ser realizada em ambientes segregados.

Apenas esses dispositivos já bastariam para que não se negasse a qualquer pessoa, com ou sem deficiência, o acesso à mesma sala de aula que qualquer outro aluno. Mas um dos argumentos sobre a impossibilidade prática da inclusão total aponta os casos de alunos com deficiências severas, múltiplas, notadamente a deficiência mental e os casos de autismo. (MANTOAN, 2003, p. 22)



No artigo 208, no capítulo III (BRASIL, 1988) descreve que todas as crianças com deficiência têm a garantia do Atendimento Educacional Especializado, mais conhecido como AEE. No Decreto nº 7.611 (BRASIL, 2011), no Art. 3º estão descritos os objetivos do Atendimento Educacional Especializado, são eles:

I - Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (Brasília, 17 de novembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.)

No que confere a Resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009, o AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da Escola, no horário inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns esse atendimento, devendo ocorrer em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até a universidade. (BRASIL, 2009). A escola comum também serve de apoio para as crianças se socializarem entre si, as com deficiência e as sem deficiência e da mesma idade cronológica, para que se quebrem as barreiras postas em prática pela sociedade.

As nossas normas educacionais sobre a inclusão evoluíram quando surgiu em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), aqui a inclusão ganha mais visibilidade, mas deixa a desejar em alguns quesitos. Após a LDB, em 1999 surgiu uma nova legislação revogando as anteriores, chamada de Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, celebrada na Guatemala, em maio deste ano. Em 2001, foi aprovado no Congresso Nacional por meio de Decreto Legislativo nº 198 em 13 de junho, e promulgado pelo Decreto nº 2.956 em 8 de outubro de 2001, o Brasil é signatário deste documento, com validade a partir dessa data.

A partir dessa nova concepção jurídica, as escolas ditas “especiais” tiveram que rever seus conceitos e seu currículo, não pode intitular-se assim devido que há diferenciações fundadas das deficiências nas pessoas que deseja receber. Resumindo: para os defensores da inclusão escolar é indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem barreiras arquitetônicas, que são as barreiras

físicas e também as barreiras atitudinais que nada mais são do que os comportamentos dos indivíduos, essa última é a mais difícil de ser eliminada, e comecem a adotar práticas de ensino adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade, além de recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com ou sem deficiências, mas sem discriminações

Assim, os cursos de formação de professores devem também modificar seu currículo e seu embasamento teórico, para que futuros educadores aprendam a práticas de ensino adequadas a diferença. Nessa nova concepção, também se lembra que nenhum outro profissional substitui o pedagogo e sua regência em sala de aula, ou seja, é dever dele em alfabetizar, humanizar e fazer por essa criança, o que faz igualmente pelas outras, nas suas especificidades.

As creches e escolas de educação infantil, dentro de sua atual e reconhecida função de cuidar e educar, não pode mais deixar de receber Crianças/Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (PNEE), a partir de zero anos (art. 58, parágrafo 3º, LDB. art. 2º, inciso I, alínea “a”, da Lei nu 7.853/89), oferecendo cuidados diários que favoreçam sua estimulação precoce, sem prejuízo dos atendimentos clínicos individualizados, que, se não forem realizados no mesmo ambiente, devem ser disponibilizados por meio de convênios, para sua facilitação.

Esses motivos não bastam para que a inclusão escolar revirasse o nosso quadro educacional de cabeça para baixo, temos ainda de considerar a organização pedagógica de nossas escolas.

Penso que nem sempre levamos a sério os nossos compromissos educacionais, como os outros povos, neste e em outros momentos de nossa história educacional. Desconsideramos o que nós mesmos nos dispusemos a realizar quando definimos nossos planos escolares, nosso planejamento pedagógico, quando escolhemos as atividades que desenvolveremos com nossas turmas e avaliamos o desempenho de nossos alunos e o nosso, como professores. Uma coisa é o que está escrito e outra é o que acontece, verdadeiramente, nas salas de aula, no dia-a-dia, nas nossas rotinas de trabalho. Somos, certamente, bem pouco sinceros com nós mesmos, com a comunidade escolar, com os pais e com os nossos alunos, principalmente! (MANTOAN, 2003 p. 26).

Uma das maiores barreiras enfrentadas nos dias atuais é a ausência de desafios, a neutralização das formas de ensinar, aquela velha mania de seguir sempre o mesmo planejamento daquele tal “caderninho amarelo”, onde pensam que se deu certo com um, pode dar certo com todos. Mas, esquecem que cada criança é

diferente uma da outra, e dentro de uma turma cada um tem uma forma de aprender, de se expressar e de sentir. E, por incrível que pareça isso vem do próprio sistema educacional, que investe nas mudanças, nas reformas de ensino para uma melhoria significativa e de qualidade.

Parece-me que existe uma “preguiça” em conhecer o novo, em sair da zona de conforto e enfrentar as mudanças que estão sendo propostas. Assim, surgem às chamadas válvulas de escape, como o reforço paralelo, o reforço continuado, os currículos adaptados e assim por diante; continuam sendo uma forma de discriminar os alunos, não dando conta de ensinar e se escondendo atrás da própria incompetência.

Não se pode negar que a inclusão pegou as escolas de forma inesperada, e o nível mais atingido é o ensino fundamental, mais precisamente os anos iniciais, onde toda a base teórica e significativa é ali apresentada. O erro tem de ser banido, pois o que é “passado” aos alunos pelo professor é uma verdade pronta, absoluta e imutável. Reprovam-se, então, os que tentam transformá-la ou estão processando a sua conclusão perante isso. Então, com esse perfil organizacional, podemos imaginar o impacto da inclusão na maioria das escolas, especialmente quando se entende que incluir é não deixar ninguém de fora da vida escolar comum, ou seja, ensinar a todas as crianças, da mesma forma!

É como se o espaço escolar fosse de repente invadido e todos os seus domínios fossem tomados de assalto. A escola se sente ameaçada por tudo o que ela mesma criou para se proteger da vida que existe para além de seus muros e de suas paredes — novos saberes, novos alunos, outras maneiras de resolver problemas e de avaliar a aprendizagem, outras “artes de fazer” como nos sugeriu Michel de Certeau, um autor que todos nós, professores, deveríamos conhecer a fundo. Esse pensador francês, não conformista, deixou-nos uma obra original, em que destaca a criatividade das pessoas em geral, oculta em um emaranhado de táticas e astúcias que inventam para si mesmas, com a finalidade de reagir, de uma maneira própria e sutil, ao cotidiano de suas vidas. A invenção do cotidiano (nome também de um de seus livros) é o que fazemos para sair da passividade, da rotina costumeira e das estratégias que vêm de cima para disciplinar o nosso comportamento, os nossos pensamentos e as nossas intenções. Temos, sim, a capacidade silenciosa e decisiva de enfrentar o dia-a-dia das imposições e de toda regulamentação e controle que nos aprisionam e descaracterizam nossa maneira de ser e de fazer frente às nossas tarefas e responsabilidades. Mas precisamos identificar e tirar proveito dessa possibilidade. (MANTOAN, 2003 p. 28)

Conhecem-se os argumentos pelos quais a escola tradicional não está pronta para a inclusão real, refletem a sua incapacidade de atuar diante do novo, do

diferente, do complexo, da diversidade e da variedade do ser humano. Os alunos existem, não são objetos imagináveis, eles têm vontades, anseios, medos, diferentes culturas que trazem de cada, diferentes formas de pensar e agir perante as situações do cotidiano. A escola separa os alunos por categorias, e assim começam a nascer as exclusões, as diferenças, em um lugar onde era para todos serem tratados da mesma forma e com os mesmos valores. Criam então programas segregados, modalidades de ensino, espaços separados e outros programas para que as crianças possam aprender. Sem dúvida é mais fácil criar classes especiais de objetos, de seres vivos, de fenômenos e etc.

As ferramentas estão aí, para que as mudanças aconteçam e para a reinvenção da escola, para “desconstruir” os estereótipos já formulados e onde é baseado todos os fatos que ocorrem dentro desse sistema. Nesse quesito, os pais podem ser aliados a quem luta pela causa, na reconstrução da escola brasileira para todos, sem discriminação ou exclusão. Eles são uma força estimuladora nesse processo, onde sempre encontram forças para lutarem por aqueles que mais amam seus filhos.

A escola, para muitos, é o único lugar de acesso ao conhecimento, onde são proporcionadas condições para se desenvolverem e se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que permitirá que vivam com dignidade. Mantoan (2003) aponta que: a inclusão é necessária, primordialmente para melhorar as condições da escola, para que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos.

Confirma-se então, que a inclusão é um motivo a mais para que a educação se atualize com as suas práticas, sejam elas públicas ou particulares; que se esforcem com a modernização e reconstrução do seu modelo atual, respondendo às necessidades de cada aluno.

## 2.1 – A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL E AS INTERFACES DA CONTEMPORANEIDADE

Educar é uma tarefa que nos dias atuais exige uma responsabilidade que requer equilíbrio e coerência entre orientação formativa, procedimentos pedagógicos adaptados e as expectativas que ocorrem durante o processo. Essa tarefa implica muito no conjunto de saberes e competências que permitem a construção de uma educação de qualidade. Um ensino que é capaz de atender as exigências da contemporaneidade que é marcada pelas multiculturalidades, complexidade, constante avanço científico e processos de mudança.

As forças de mudança que ocorrem no século XXI fazem influências significativas e em vários níveis, educar é uma tarefa que a cada dia se torna mais difícil. No século que vivemos é de extrema importância e formação pessoal e profissional dos professores, para que possam pela sua competência e alguns fatores pessoais, associar ambos para que possam levar seus alunos a refletir, pensar, formar conceitos, ao discernimento e terem a capacidade para aplicar o que foi elaborado para alterar a sua própria realidade, visando um crescimento, isto é, auxiliar os indivíduos a perceberem que são capazes de no futuro ajudar no futuro do país.

O processo de construção dos saberes dos professores tem na sua formação inicial a sua base de apoio e na formação contínua a consolidação, fazendo de sua sala de aula não apenas um espaço de ensino, mas também de aprendizagem por parte do professor, ou seja, um espaço rico para o desenvolvimento de práticas educativas e investigativas. Seus saberes e competências são o principal fundamento para o ato docente no meio escolar, as instituições de formação devem valorizar essa formação, propiciando um saber orientado para uma transformação social.

Diferentes meios contribuem para a formação dos professores, nos aspectos pessoais, a família faz grande parte disso. Nos aspectos acadêmicos, os livros que são dispostos, dos conteúdos e métodos que são expostos, e ainda mais das suas experiências e vivências cotidianas na profissão, na escola e na sala de aula. Segundo Sacristán (1995, p. 70), “as influências informais têm mais eficácia e são mais decisivas do que as experiências formais. Todas essas influências, educativas e sociais, contribuem de modo perspicaz na construção do saber docente”.

Os saberes são construídos ao longo de toda a vida do professor e de sua carreira, razão que justifica que sejam contemporâneos uns dos outros, sendo assim, é adquirido ao longo do tempo. Fases e mudanças são parte dessa

composição, tudo intervém de sua vida profissional e pessoal, ambas devem tentar andar lado a lado, para assim constituir e solidificar seu trabalho em sala de aula. Sua relação com os alunos e outros profissionais que compõem o corpo docente em uma escola, é parte importante desse processo, alicerçam a sua prática em sala.

Um dos desafios que fazem parte nos dias atuais é preparar elementos com determinadas competências que os ajudem a resolver o que lhe é colocado. Todos esses elementos e seus processos compõem a rotina diária do professor, onde dentro de sua sala de aula deve conseguir mediar situações com os seus alunos, auxiliá-los à melhor o seu desempenho, intermediar para que todos possam informar, comunicar, discutir, participar, criar e estimular a busca em novos conceitos e linguagens, assim ampliando as vivências destes sujeitos. O trabalho em sala de aula nos dias atuais, é um trabalho que consiste na coletividade, aluno mais professor, que exige respeito mútuo de ambas as partes, ética, abertura ao diálogo, cooperação e espírito crítico. Assim se cria um ambiente favorável para a aprendizagem, troca de experiências, reflexões coletivas e corresponsabilidade nos resultados.

Nesse quesito de buscar formas diferentes de ensino, posso dizer que a inclusão escolar faz parte de todo esse processo. O professor tem que estar aberto a tudo citado acima e também a conhecer novos métodos e nossas formas para que esse ensino seja completo e de qualidade. Ao receber um aluno em situação de inclusão, o professor deve compreender suas necessidades e anseios, seus medos e dúvidas, pois para esse aluno também é algo novo, algo que pode depender de ambas as partes. O desenvolvimento desse aluno deve andar lado a lado com o restante da turma, sabe-se que em alguns casos deve haver uma adaptação maior desse planejamento, mas a turma também pode inserir esse aluno de diversas formas.

O professor da contemporaneidade deve ser capaz de desenvolver habilidades para entender os parâmetros culturais vigentes, onde está inserido, como essas crianças são e em cima disso, ter como prática a criação de sujeitos que sejam autores de seu mundo e da sua história. Ser professor ser capaz de estimular cada dia mais seus alunos, é compreender a vida de cada um que passa em suas mãos, é ser exemplo, é ser ombro amigo quando necessário, é ser capaz de compreender que todos os seus alunos têm seu ritmo próprio e isso não é errado, é sabe respeitar as particularidades de cada um.

Assim o papel do professor no quadro de um ensino inovador, é cada vez mais marcado pela preocupação em criar situações de aprendizagem estimulantes, desafiar os alunos a pensar, apoiá-los no seu trabalho, favorecer a divergência e a diversificação dos percursos de aprendizagem, tornando-se desta forma em fator facilitador de um processo de mudança. (CUNHA, 2009, p.1055).

Hoje, precisamos de professores que também estejam prontos para a inovação, criação, para as tecnologias, para a experimentação, enfim professores que encarem os desafios, que busquem e que sejam eternos pesquisadores, que encontrem soluções para o dia a dia e auxiliem seus alunos a resolverem seus problemas no cotidiano. Talvez o grande erro esteja em fadar a educação brasileira, não estar aberto ao novo, ao que ocorre no mundo a fora e até em nosso país, isso vem desde a faculdade, na adaptação aos currículos, em sair da zona de conforto e ir além do que está somente exposto ali, ir a busca de informação, ir a busca de inovações.

As mídias e as tecnologias educacionais podem ser grandes aliadas nesse processo, pois as crianças estão imersas no cotidiano da informação. Nesse sentido, cabe aos professores provocar reflexões e diálogos expositivos, mesmo na Educação Infantil, instigando desde pequenos a desafiarem-se e se permitirem experimentar, criar e inovar. O professor, aproximando-se dos conhecimentos teóricos-metodológicos da didática permite que seus alunos consigam e queiram aprender sempre mais, alimentar seus conhecimentos e saber fazer a diferença naquele grupo.

## 2.2 O ESTADO DA ARTE SOBRE POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS INTERFACES COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nos dias atuais a Formação de Professores é um assunto que traz inúmeros questionamentos e dúvidas. Muitos dizem que a aprendizagem dos alunos depende exclusivamente do professor que está à frente em uma sala de aula, mas poucos sabem como realmente é difícil encontrar soluções que sejam eficazes e atendam à realidade brasileira, o que não é uma tarefa simples.

Mas como surgiu a Formação de Professores no Brasil? Relatarei abaixo um pouco dessa linha do tempo, de acontecimentos anteriores para então, chegar nos modelos dos dias atuais (MENEZES, 2019):

- 1827- Lei das Escolas de Primeiras Letras, assim foi determinado que os professores deveriam ser treinados, às próprias custas.
- 1834- Ensino Primário a cargo das províncias e criação das Escolas Normais. As primeiras na Bahia, Mato Grosso e São Paulo.
- 1890- No Estado de São Paulo, começaram a enriquecer os conteúdos curriculares e exercícios práticos para preparar o professor para a realidade de sala de aula.
- 1924- Criada a Associação Brasileira de Educação.
- 1927- Ocorreu a primeira Conferência Nacional de Educação.
- 1932- Reforma das Escolas Normais, criando Institutos de Educação que buscavam auxiliar na Formação de Professores.
- 1939- A Formação de Professores foi direcionada para as Universidades que obtiveram como modelo a Faculdade Nacional de Filosofia, dividida entre os cursos de Filosofia, Ciências, Pedagogia e Letras. Apenas o curso de Pedagogia formava os professores das Escolas Normais.
- 1946- Mais uma vez reformulado o Ensino Normal, foi dividido em dois ciclos: o ciclo ginásial que durava quatro anos que era centrado nas disciplinas de maneira geral; e o ciclo colegial, que durava três anos, que a principal meta era formar professores.
- 1968- A Reforma Universitária mudou o conceito do seu objetivo principal e passou então a formar profissionais para o mercado de trabalho.
- 1971- Os ensinos primários e secundários modificaram seus nomes para Primeiro e Segundo grau.
- 1982- Os cursos de Licenciatura formavam professores para as últimas séries do primeiro e segundo grau. Já o curso de Pedagogia era responsável por formar especialistas em educação para ocupar cargos como diretor, orientador educacional, supervisor e inspetor.
- 1996- Uma nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases) criou Institutos de nível superior com uma Formação de Professores mais compacta.
- 2002- Foram anunciadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para formar professores, sendo assim, o nível superior passou a ser obrigatório para professores de educação básica.



- 2007- Foi criado o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) com objetivo de auxiliar os estudantes de licenciaturas para vivenciar a prática.
- 2009- Com o intuito de motivar os programas de formação continuada, foi fundada a Política Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica.
- 2018- Visando um maior foco nas práticas dentro de sala de aula, é apresentada a Base Nacional Comum para Formação de Professores de Educação Básica, nos cursos de Licenciatura e Pedagogia.

Ao perpassar por tantos momentos vividos dentro da Formação de Professores no Brasil, podemos perceber que entre idas e vindas, o propósito foi sempre preparar o professor para o dia-a-dia de sala de aula, colocando experiências práticas para aproximá-lo da realidade escolar.

A Lei nº 11.502, de julho de 2007, atribui à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a responsabilidade pela formação de professores da educação básica – uma prioridade do Ministério da Educação. O objetivo é assegurar a qualidade da formação dos professores que atuarão ou que já estejam em exercício nas escolas públicas, além de integrar a educação básica e superior visando à qualidade do ensino público. A Política Nacional de Formação de Professores tem como objetivo expandir a oferta e melhorar a qualidade nos cursos de formação dos docentes. (BRASIL, 2007)

Atualmente, o professor ainda anseia pelo crescimento contínuo e dentro de sala de aula, valoriza as práticas pedagógicas. Então, a Formação Continuada tem um papel importantíssimo dentro do mundo educacional, preparar os profissionais da educação para todas as novidades futuras, visando sempre o melhor do principal beneficiado nisso, o aluno.

A educação básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educativas especiais, nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores de diferentes etapas da educação básica, inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (BRASIL, 2001. p.25-26).

A inclusão escolar vai muito além de apenas ocupar um espaço físico, um lugar. É preciso que a pessoa sinta que faz parte daquele lugar, estar mais que presente fisicamente em um determinado espaço. Pensa-se que a lei insere, porém não inclui; quem inclui são as pessoas, e penso que tudo parte da Escola. Como essa criança se sente no ambiente escolar diz muito da forma como é tratada e se é realmente respeitada nas suas diferenças. Segundo Pimentel (2012), a inclusão

escolar, requer professores preparados para atuar na diversidade, entendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante, criando práticas pedagógicas inovadoras. Na experiência que criei no trabalho prático com os alunos em situação de inclusão, conheci profissionais que saíram da sua zona de comodidade, foram em busca de auxílio, sejam de outros profissionais ou até mesmo cursos e seminários, para auxiliar o aluno a desenvolver na prática o que era proposto, respeitando sempre o tempo e o espaço da criança. Então, pude ver que um trabalho em equipe pode render, se todos estiverem em busca do mesmo objetivo, a aprendizagem.

Primeiro, quem são os agentes, os catalizadores desta mudança e segundo, como estas mudanças estão sendo geridas e planejadas. A resposta à primeira questão realça segundo o autor, o papel do professor, a ação e a participação nas decisões políticas (comunidade, família, alunos) enfim, de todas as pessoas ligadas à escola, mas sobretudo o professor, com possibilidades de autonomia e escolha. E à segunda, implica que o professor tem de tomar decisões sobre as várias possibilidades de desenvolver o seu trabalho e está autonomia, segundo o autor, tem uma consequência muito importante: é que se o professor puder optar, ele só irá adotar as mudanças que acredita serem efetivamente justas e úteis para o seu trabalho. (RODRIGUES; RODRIGUES, 2011, p.43).

As leis são fundamentais e legitimam as práticas inclusivas, permitindo que as pessoas público-alvo da Educação Especial e suas famílias, busquem seus direitos. A formação dos professores para atuar com alunos com deficiência, deve ter, principalmente um trabalho reflexivo e crítico sobre as suas práticas e não apenas os conteúdos teóricos e descontextualizados. As políticas educacionais devem estar sempre vinculadas a prática dos professores, pois não há leis universais que possam atender a todas as realidades e nem as ações que funcionem sempre.

A educação especial necessita de uma reforma pensada e concretizada pelos seus próprios agentes de mudança, pelos seus próprios reformadores, que são os professores. Precisamos de professores, com conhecimentos adequados para conseguirem atuar de forma segura, junto aos alunos com deficiências, mas também, com atitudes positivas e reflexivas, diante da inclusão e suas práticas ditas inclusivas. (CARVALHO; RIBEIRO, 2012, p.12).

No entanto, não podemos esquecer que não são as políticas de inclusão, consideradas isoladamente, que vão fazer as mudanças necessárias para que a escola se forme inclusiva. É preciso destacar a importância, como afirma Nóvoa (1995), da flexibilidade crítica dos professores, sobre suas práticas educativas, cuja formação deva ir além dos conhecimentos teóricos e da acumulação de cursos,

métodos e técnicas. A formação de professores, deve estar interligada na prática reflexiva e, principalmente colaborativa entre os professores da educação regular e a educação especial. E mais que isto, os professores precisam ser ouvidos sobre o que pensam sobre as políticas de formação para a educação especial e como elas contribuem para sua prática cotidiana. É necessário que em suas indagações, os professores devam ser autônomos para que possam incluir retirar e ou reformular as estratégias educacionais inclusivas que julguem úteis ou não para seu trabalho docente.

### 2.3 PROFESSORES/AS PEDAGOGOS/AS E O UNIVERSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: ENTRE SABERES, PRÁTICAS E METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

Quando se fala em Educação Inclusiva e o papel da Escola nessa etapa tão importante na vida das crianças, lembra-se sempre dos principais responsáveis para que esse processo se cumpra: os professores. A questão é, como esses profissionais se preparam para esse processo? Há algum suporte por trás? Há busca de conhecimentos? Muitos questionam o seu papel, pois não é somente aprender e sim colocar em prática no dia a dia dentro de sala de aula o que foi aprendido.

Não se trata de uma visão ingênua do que significa ser um professor qualificado para o ensino inclusivo, mas de uma concepção equivocada do que é uma formação em serviço e do que significa a inclusão escolar. Mais uma vez, a imprecisão de conceitos distorce a finalidade de ações que precisam ser concretizadas com urgência e muita clareza de propósitos, retardando a inclusão (MANTOAN, 2003 p. 42).

Não é fácil ser professor nos dias atuais, muitas dificuldades, inúmeros anseios e medos nos fazem (re)pensar nas práticas dentro de sala de aula. Nos dias atuais não basta apenas um curso de graduação que dura em média 4/5 anos, deve-se buscar qualificações, cursos, especializações para aprimorar os conhecimentos. Muitos professores questionam e relatam que não se sentem preparados pois o que é aprendido nos Cursos de Graduação de Pedagogia é pouco e bem sucinto.

Stelmachuk; Mazzotta (2012) afirmam que a interação professora-aluno e também aluno-aluno, ocasiona o desenvolvimento da aprendizagem. Então, é

importante idealizar uma prática pedagógica, que tenha como ponto de partida a zona de desenvolvimento proximal do educando, possibilitando, por sua vez, resultados mais satisfatórios no ato de ensinar e aprender em uma perspectiva inclusiva. Ou seja, o ponto de partida para o processo fluir parte da relação que é construída dentro de sala de aula, com o professor (a) e os colegas.

Vivenciar um clima acolhedor para as suas próprias experiências, sua cultura, sua linguagem, capaz de incentivar suas curiosidades [...]. Um meio estimulante feito de expectativas positivas e de intercâmbios sociais. Experimentar situações de aprendizagem que sejam também situações de vida, que tenham sentido para as crianças, que façam parte de seus projetos [...] encontrar textos autênticos, de todos os tipos que sirvam para alguma finalidade. [...] Contar com apoio metodológico adequado, que lhes permitam ser realmente ativas, refletir sobre as suas aprendizagens e encontrar ou elaborar ferramentas apropriadas quando delas precisarem." (JOLIBERT, 2006, p. 180).

Não há uma fórmula mágica ou teorias prontas para auxiliar as crianças a se alfabetizarem, cada uma tem um ritmo, aprende de uma forma e reproduz o que aprendeu de outra, e quando se trata de formarmos um grupo unido onde todos sejam capazes de se ajudar. A escola prepara o futuro e se as crianças estiverem prontas para lidar com todas e quaisquer diferenças entre si, e é papel da escola a interação de todos.

O ciclo de alfabetização, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), é composto por dois quadros que, separadamente, indicam conforme o ano, as habilidades e as competências. As habilidades são as condições que os professores avaliam o nível de desenvolvimento dos alunos e também quais as estratégias que podem ser utilizadas para o ensino. As competências estabelecem quais os conteúdos específicos devem ser repassados aos alunos.

Diante de toda a diversidade, a sala de aula deve ser um espaço estimulador que favoreça ao aluno em situação de inclusão uma maneira de ampliar suas competências em leitura e escrita, aproveitando as potencialidades do aluno em suas vivências, fazendo assim uma aprendizagem significativa partindo dos interesses do aluno.

Pedagogo/as precisam planejar e desenvolver atividades que proponham práticas inovadoras e inclusivas, que em vez de excluir na inclusão, integrem na aprendizagem de forma que o sistema da escrita valha a pena para os alunos em situação de inclusão, ou seja, que consigam aprender a usar a leitura e a escrita nas

diversas situações do dia a dia. Segundo Vygotsky (2001) as trocas entre os alunos proporcionam um melhor desenvolvimento.

Nesse sentido, é preciso possibilitar vivências que desafiem os alunos, pois é através da resolução dos problemas que a construção do conhecimento pode evoluir. Pensando assim, a instituição escolar e o ambiente de sala de aula deve ser visto como um espaço para que o aluno e o professor, juntos, possam criar possibilidades que superem os desafios, as barreiras e as limitações. Independente das dificuldades tanto dos alunos quanto do professor, tudo possa ser conquistada em conjunto.

A inclusão é uma realidade possível, onde todos os profissionais da área da educação buscando formações específicas para a área com o apoio de profissionais de outras áreas, lutem a favor e contribuam para o desenvolvimento integral dessas crianças. E nós, professores pedagogos, temos um papel primordial nesse processo, auxiliar e ensinar crianças com respeito e acima de tudo, amor.

### **3. UM PERCURSO REPLETO DE SIGNIFICAÇÕES: DOS ACHADOS NA EXPERIÊNCIA**

Ao adentrar o curso de Pedagogia há cinco anos, não imaginava vivenciar descobertas proveitosas, tanto profissionais quanto pessoais. Quando comecei o trabalho na referida Escola com crianças em situação de inclusão, não pensava o quanto aquilo iria auxiliar na formação para a carreira como professora. Inicialmente, confesso que pensei somente no valor da bolsa e o quanto ela ajudaria a custear as demandas da faculdade. Após um período de experiência nesse local, recebi o convite para integrar a equipe oficial e permanente da Escola como monitora dos alunos em situação de inclusão e naquele momento, questionei-me: “será mesmo que eu sei fazer isso?”; “será que vai ser difícil?”; “como lidar com a faculdade noturna e trabalhar o dia todo?”; “como vou fazer os trabalhos, ler os textos?”. Avaliei e assumi, ou melhor, “meti a cara” e aceitei de peito aberto a tudo que a vida estava me proporcionando naquele momento. No começo, o desafio foi conciliar as tarefas do dia a dia com acordar bem cedo e ir dormir tarde, chegar cansada da aula

e ter diversos trabalhos a serem feitos, mas, eu sabia que para a experiência acontecer, seria assim.

Mas o que seria então a monitoria? Tive a experiência em um turno somente e agora estaria dois turnos dentro da Escola. Segundo a Lei N.13.146/15 de 6 de julho de 2015,

“XIII- profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis ou modalidades de ensino, em instituições públicas ou privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.” (BRASIL, 2015, p. 3)

A função que foi proposta seria mediar a acessibilidade, inclusão e interação do aluno no ambiente escolar. Como está estabelecido no inciso supracitado, não há exigências técnicas referentes à formação da pessoa que acompanhará o aluno, podendo ser estudante do Ensino Médio ou de graduações que não são da área da educação. Esta, numa visão pessoal/profissional, seja uma possibilidade passível de ampla discussão, considerando que a formação específica qualifica e legitima a formação inicial superior como condição para o exercício desses acompanhamentos partilhados no ambiente escolar.

Quando iniciou o ano letivo de 2017, fiquei sabendo que a escola faria o acompanhamento de dois alunos, já era do meu conhecimento que o autismo é classificado em níveis. Um dos alunos têm autismo de grau severo<sup>1</sup> e o outro aluno com autismo grau leve, mais conhecido como Síndrome de Asperger<sup>1</sup>.

O aluno A1 acompanhado por mim é uma criança com fluência em inglês e apaixonado por histórias em quadrinhos. É uma criança extremamente amorosa e aberta a curiosidade e também com interesses específicos. Então, para realizarmos as atividades propostas, normalmente tentava propor algo voltado para as histórias em quadrinhos, pois ele estava no sétimo ano e havia conteúdo específicos a serem trabalhados na Escola. Algumas vezes ficavam atividades para outros dias, pois sempre respeitei o tempo e os limites externalizados por dele em relação que estava sendo proposto no momento.

O aluno A2 com o qual comecei a trabalhar no começo de 2017 era um pouco diferente, especialmente quanto ao grau de autismo mais severo, denominado como

---

<sup>1</sup> Como forma de preservar a identidade individual de cada um dos alunos, optei por referenciá-los como (A1 - Síndrome de Asperger e A2 – Autismo Grave.), respectivamente.

Autismo Grau 3. A adaptação inicial foi momentaneamente partilhada, pois no começo eu também não sabia como agir em função de que o aluno não havia desenvolvido a linguagem oral. Então, até eu aprender sobre esse universo, as dificuldades foram sendo experienciadas em trocas cotidianas. Esse aluno tinha inúmeros movimentos repetitivos, chamados de estereotípias, como balançar as mãos, dar uns pequenos pulos e algumas vezes jogar-se contra as paredes nos seus momentos de crise.

Esses comportamentos fazem parte da sua vida, a socialização com os colegas também demorou para acontecer, pois em alguns momentos, como ele não sabia demonstrar seus sentimentos e emoções, acabava machucando alguns colegas e assim eles também tinham um pouco de receio. Durante o ano, foram trabalhadas atividades de interação e socialização com os colegas, aos poucos a socialização aumentou.

O aluno A1 fazia acompanhamentos também fora da Escola, com especialistas como fonoaudióloga, psicopedagoga e uma especialista em desenvolvimento psicomotor. Esses profissionais ajudaram muito na adaptação dele na Escola, permitindo que ele reconhecesse as letras e números. Demonstrava apego com revistas, gostava de ficar passando o dedo nas letras e tinha movimentos estereotipados que, segundo (Kanner, 1966, p. 44) podem se classificar em dois tipos:

movimentos inofensivos: balançar o corpo e a cabeça, arrancar e torcer os cabelos, estalar os dedos, rolar no chão e bater as mãos; e, movimentos agressivos: bater a cabeça, bater em si mesmo, esbofetear-se, colocar os dedos nos olhos e morder-se em diversas partes do corpo.

O aluno variava comportamentos entre as duas classificações acima. A reação dependia do que lhe era proposto e, se sairia ou não da sua rotina ou algo que estava acontecendo emocionalmente. Às vezes, era difícil identificar/classificar pela falta da linguagem verbal. Esse aluno, foi acompanhado por mim durante dois anos letivos completos (2017 e 2018). No segundo ano, já era mais fácil lidar com as emoções, sentimentos, rotina e também, auxiliá-lo na hora das atividades propostas pela professora regente da turma. Aos poucos, o aluno foi amadurecendo, respeitando o seu tempo e com isso, seus conflitos com o mundo externo e as estereotípias foram diminuindo. Até hoje mantemos contato.

O aluno A1 que citei esteve sob acompanhamento partilhado no início do ano letivo de 2017. Porém, no meio desse mesmo ano, foi-me solicitado pela Direção da Escola a troca de turma, de modo que fosse possível auxiliar outro aluno em outro nível (ano). Esse outro aluno tem diagnóstico de Síndrome de Down.

O aluno estava no sétimo ano, suas atividades não precisavam ser adaptadas e o seu convívio com todos da Escola era excelente. Porém, estava passando por um processo de amadurecimento, chegando a fase da pré-adolescência, onde seus sentimentos e emoções estavam aflorando, e ele não sabia muitas vezes como lidar. O primeiro momento de acompanhamento compartilhado, foi difícil, o aluno fugia e se escondia pela Escola, algumas vezes para fazer suas necessidades fisiológicas.

O restante de ano letivo, necessitou de mim e dos outros profissionais que o acompanhavam, compreensão e paciência para que o processo de amadurecimento fosse feito de forma tranquila, não deixando marcas negativas para o aluno. Ao final do ano, fomos em uma viagem das turmas do sétimo e oitavo ano, onde fui surpreendida pelo seu comportamento positivo em público e longe dos pais, foi uma experiência única para ele, nos divertimos muito. No ano seguinte, não o acompanhei dentro de sala de aula regularmente, mas o via pelos corredores da Escola. neste mesmo ano, o aluno começou a fazer acompanhamento com a “Pepê Terapeuta” um canino com treinamento específico para o trabalho inclusivo e que compõe a Equipe da Professora Fabiane Bortoluzzi (Afagoterapia<sup>2</sup>), para que ele ficasse mais em sala de aula. Em 2018, a Escola designou-me para outro aluno, com diagnóstico de Síndrome de Down e Transtorno Opositor Desafiador (TOD). O Transtorno ainda era desconhecido para mim e para a regente da turma, mas fomos em busca de materiais que nos auxiliassem para compreender e auxiliar esse aluno da melhor forma. Já conhecia o aluno das festas comemorativas da Escola.

Quando o transtorno de oposição desafiante é persistente ao longo do desenvolvimento, os indivíduos com o transtorno vivenciam conflitos frequentes com pais, professores, supervisores, pares e parceiros românticos.

---

2 A Afagoterapia surgiu em uma ideia da terapeuta Fabiane onde no seu consultório começou a atender com a ajuda da “Pepê Terapeuta”, onde na introdução do animal como elemento facilitador, auxiliando na interação educador ou terapeuta com o aluno/paciente. Essa, pode ser considerada, uma ferramenta que dentro das existentes, ajude no processo de desenvolvimento para que se chegue ao objetivo principal. O cão precisa de uma avaliação para que possa se tornar terapêutico, como no caso da Pepê, para que não ocorram riscos nem para o animal e nem para o aluno/paciente. A principal característica da Educação Assistida por Animais (EAA), como no caso do aluno citado é auxiliar no processo de ensino aprendizagem. A introdução da EAA nas Escolas pode enriquecer aspectos, tais como: a capacidade de lidar com as diferenças, o cuidado com o outro e também a diminuição de comportamentos agressivos. (Fonte: <<http://despertandoafagos.com.br/> )



Com frequência, tais problemas resultam em prejuízos significativos no ajustamento emocional, social, acadêmico e profissional do indivíduo. (APA, 2014, p. 465).

O Transtorno Opositor Desafiador (TOD), inclui comportamentos agressivos em si mesmo e com o outro, em alguns momentos específicos principalmente. Não se sabe a causa do aluno demonstrar esse comportamento, mas o mesmo não tem mais convívio com o progenitor, devido a um problema de relação com o mesmo. Fora dos seus momentos de crise, o aluno era extremamente carinhoso e amoroso com todos.

O aluno também demonstrava em alguns momentos características relacionadas com o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade), o que pode ser considerado comum em casos de TOD.

Essa associação é muito comum, estando presente em até 14% dos casos. Essas crianças apresentam maior agressividade, maior impulsividade, mais conflitos com os outros estudantes, maior dificuldade nos relacionamentos sociais e pior desempenho acadêmico (TEIXEIRA, 2014, p. 35)

O ano letivo foi conturbado, pois o aluno tinha picos de estresses onde ninguém o acalmava, por vezes ficávamos apenas observando distante, para que esse pico acabasse logo. Após o aluno sentia-se culpado e tentava sempre se desculpar com algum gesto de carinho e amor.

Durante o tempo que estive na instituição pude conciliar a teoria com a prática constantemente, pois o que é apresentado e exposto na teoria às vezes é pouco, e junto com a prática nosso potencial de auxiliar no desenvolvimento dessas crianças duplica. Nós, futuros profissionais da área educacional, devemos estar sempre estudando e buscando novas técnicas que contribuam com o jeito que planejamos nossas aulas e pensando especialmente naquele aluno em situação de inclusão. Hoje, eu posso dizer que aprendi muito sobre inclusão, em como esse aluno se desenvolve, se identifica e se destaca, mesmo sabendo que nenhum deles é ou será igual ao outro, mas cada um deles tem mais a nos ensinar do que aprender conosco. Paulo Freire (2003, p. 47), diz e reflete que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”

Por vezes, no meio do caminho, pensei em desistir e tentar achar algo que retribuísse financeiramente mais, e toda a vez que pensava dessa forma a vida e a prática me mostrava que eu “nasci” pra isso. Cada sorriso retribuído, cada abraço no

final do dia, cada “Profe” dito da forma que for, me fez entender o quanto eu sou realizada no que faço. As crianças em situação de inclusão me mostraram o quanto podemos ser felizes com pouco, o quanto o trabalho bem elaborado, feito principalmente com amor dá resultados impressionantes.

Atualmente, rompi com conceitos previamente construídos. Anos atrás ingressei no curso de formação inicial projetando que o percurso seria diferente e, ao estar em fase de conclusão, endosso a esperança por dias melhores, pela incansável luta pela Educação Inclusiva que considere o outro na sua potencialidade.

Após viver na prática uma experiência inclusiva, retomo a discussão sobre o Currículo (Matriz Curricular) formativo do Curso de Pedagogia Noturno (versão 2007), considerando que no ano de 2019, o mesmo foi submetido a reformulação prevista para os Cursos de Formação de Professores das Licenciaturas do país. Após as mudanças, as disciplinas sobre a Educação Especial continuam sendo apenas duas, mas com carga horária ampliada e, são elas: Fundamentos da Educação Especial A (EDE1137), com 60 horas aula por semestre; Educação Especial: Processos de Inclusão A (EDE1138), com 45 horas aula por semestre; Língua Brasileira de Sinais I (EDE1139) com 45 horas aula e; Língua Brasileira de Sinais II (EDE1140). Na versão Curricular de 2007, as disciplinas eram: Educação Especial: Fundamentos (EDE1040) e Educação Especial: Processos de Inclusão (EDE1042), cada uma com 30 horas aula por semestre e; Libras (EDE1045) com 60 horas aula por semestre.

A atualização do Currículo do Curso de Pedagogia Noturno, aumentou a quantidade de horas aula por disciplina, durante a reformulação do curricular, o curso consultou áreas específicas de formação que atendem o processo formativo. Foi sugerido a ampliação de carga horária das disciplinas existentes e atualização e adequação dos programas ao itinerário formativo do acadêmico do curso e do curso como um todo. Ao cursar as disciplinas requerentes da Educação Especial, com especialistas da área, os quais, ambos são excelentes professores, o semestre sofreu alguns impasses e os encontros foram curtos.

Como em ambos os semestres os encontros foram curtos senti falta de referenciais teóricos para aprofundar as pesquisas, para auxiliar na prática com os alunos em situação de inclusão, pois nós futuros Pedagogos precisamos. Penso que os Cursos de Graduação (não apenas as Licenciaturas) poderiam incluir no

currículo, compreendo as demandas da atualidade, disciplinas específicas da Modalidade de Ensino Educação Especial, além das Disciplina de Libras. Em muitos cursos é oferecido como Disciplina Complementar de Graduação (DCG – não obrigatórias), podendo o acadêmico escolher ou não pela matrícula. A sociedade precisa ser mais inclusiva e que extrapolam os muros da Escola. Deve estar integrada nos lugares de vida e contextos educativos, de modo que possamos exercitar, naturalmente, as diferenças.

#### 4. CONCLUSÕES PARCIAIS

Em 2015 quando entrei no Curso de Pedagogia, tinha uma visão totalmente diferente da Educação. Conforme foram passando os semestres e as disciplinas, pude mudar e ressignificar pré-conceitos. Após viver intensamente dois anos acompanhando os alunos em situação de inclusão, vivenciando na prática como esse trabalho pode e deve ser realizado, eu ampliei meus horizontes como futura professora. Nós, pedagogos e/ou futuros pedagogos temos um papel importante a desempenhar, não somente ensinar letras e números, mas acompanhar o desenvolvimento de cada criança, entendendo que cada uma é única e tem o seu tempo.

A inclusão cada dia toma uma proporção maior, dentro e fora dos muros das Escolas, então precisamos deixar nossa zona de conforto e ir em busca de conhecimento para a área da Educação Especial, pois os pedagogos são essenciais no processo educativo e formativo de cada aluno, como profissionais sensibilizados e acima de tudo humanizados. Na prática que vivenciei, vi profissionais empenhados em prol dos alunos, trabalhando em conjunto com educadores especiais, terapeutas ocupacionais e profissionais de outras áreas, todos juntos para que o processo fosse realizado de forma positiva. O trabalho em conjunto dos profissionais, propõe que diferentes visões sejam expostas, pois o aluno pode agir de um jeito diferente em cada espaço e com cada profissional, pois cada um tem uma forma de trabalhar.

O trabalho que realizei foi além do Ciclo de Alfabetização, adentrando também ao Ensino Fundamental de Nove Anos, com alunos do sexto e sétimo ano. Com essas crianças, tive a oportunidade de acompanhar além do que aprendi na faculdade sobre as áreas do conhecimento e relembrei meus tempos de escola. No ensino fundamental de nove anos, é um professor por área do conhecimento e pude acompanhar e participar de reuniões formativas para a construção do planejamento, todos empenhados e buscando qualificar seu trabalho em sala de aula, para que os alunos conseguissem acompanhar a turma. Posso dizer que conheci pessoas, que além de compreenderem as diferenças das crianças, são profissionais de extrema excelência, buscando o melhor sempre para seus alunos.

Dentro da Escola, a inclusão deve ir além da sala de aula, ela deve estar pelos corredores, pelos profissionais que trabalham na escola, desde o porteiro até a quem faz a limpeza dos espaços, ela deve estar nas pessoas e nos espaços. Incluir

é envolver os alunos com necessidades especiais até na limpeza de sala de aula após uma atividade que se utilizou tinta, por exemplo. Assim, todos os colegas participam da mesma atividade, e todos se sentem parte daquele momento. Além de educar e ensinar o que está nos currículos, devemos estar dispostos a ajudar no processo formativo como pessoa, para que mais tarde saiba como lidar com as diferenças e com as diversas situações que lhe forem propostas fora da sala de aula.

O mundo de hoje, é preponderantemente mediado por tecnologias e as crianças já sabem utilizar celulares, computadores e tablets desde muito cedo. E isso se torna uma grande aliada em práticas pedagógicas inovadoras, trazendo para dentro de sala de aula coisas novas e que elas já sabem utilizar. Transformar uma aula de matemática de cubos, por exemplo, em criação de cubos em formato 3D no computador, ou até mesmo uma aula de soma ou multiplicação, o professor deve sempre inovar sua prática para que chame a atenção do aluno e desperte nele, vontade de aprender sempre mais.

Estamos em constante evolução e temos muito (ainda) a aprender com as crianças. Piaget (1970, p.53) nos diz que “(..) O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram”. Vislumbro como uma possibilidade criativa, mas que ainda devemos investir em tornarmos mais fortes, seguros e incansáveis na busca por educar e incluir com qualidade. Não se trata de uma caminhada serena, mas que contempla um horizonte recompensador.

## REFERÊNCIAS

APA – Apsychiatric Association. **Manual Diagnóstico de transtornos mentais – DSM – 5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. BOMFIM, Cristina Aparecida Garcia. **Lei da inclusão: o papel da escola e o direito do aluno**. Blog Futuro Eventos. Disponível em: < <http://www.futuroeventos.com.br/conteudo-blog/lei-da-inclusao-o-papel-da-escola-e-o-direito-do-aluno/>> Acesso em: 19 de mar de 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei nº 9.394). Brasília, Centro Gráfico, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **LDB – Lei nº 9394/96** de 20 de dez de 1996. MEC:1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **LDB – Lei nº 13.146** de 06 de jul de 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **LDB - Lei Nº 1**, de 2 de jul de 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. LDB. Resolução cne/cp nº 2, de 20 de dez de 2019 CARVALHO, Dulcimar Lopes- Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE Sonia Maria Ribeiro2 - Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24088\\_12361.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24088_12361.pdf)

**Declaração** Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 1994, **Salamanca** (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994.

DESLAURIERS, Jean-Pierre. **Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. São Paulo: Editora Vozes, 2008. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

FARIA, Paula Maria Ferreira. CAMARGO, Denise. **As emoções do professor frente ao processo de inclusão escolar: uma revisão sistemática**. Revista Brasileira de Educação Especial, 2018 – SciELO Brasil. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382018000200217&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000200217&lang=pt)> Acesso em: 22 de mar. de 2019

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM DESAFIO PARA O SÉCULO XXI**: Maria José dos Santos Cunha  
<<http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/xcongreso/pdfs/t3/t3c73.pdf>>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

JOLIBERT, Jossette. et al. **Além dos muros da escola: a escrita como ponte entre alunos e comunidade.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

KANNER, L. **Psiquiatria infantil.** Buenos Aires: Paidós e Psique, 1966. 747 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, 2006 - SciELO Brasil. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>>. Acesso em: 23 de mar. de 2019

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** 4. ed. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

NÓVOA, A. (1997). **Formação de professores e profissão docente.** In Nóvoa, A. (coord.). Os professores e sua formação (pp.9-33). Lisboa: Dom Quixote.

PIAGET, J. (1970). **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: Forense  
<<[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931999000300002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000300002)><[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44462006000500001](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000500001)>

PIMENTEL, S. G. **Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos.** In: MIRANDA, T.G.; FILHO, T. A. G. (Org.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador, EDUFBA, 2012. p. 139-155.

RODRIGUES, D.; LIMA-RODRIGUES, L. **Formar Professores de Educação Física numa Perspectiva Inclusiva** In: GAIO, R.; SEABRA Jr., L.; DELGADO, M. A. (Org.). Formação Profissional em Educação Física: ações e reflexões. Várzea Paulista: Fontoura, 2011.

SACRISTÁN, J. G. (1995). **Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores.** In Nóvoa, A. (org.). Profissão professor. Porto: Porto Editora.

SANTOS, B. S. **Entrevista com professor Boaventura de Souza Santos.** Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/docentes/jurandir/jurandir-boaven1.htm> 1995.

STELMACHUK, Aná Cristina da Luz; MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Atuação de profissionais da educação na inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual.** Revista Educação Especial, vol. 25, núm. 43, mayo-agosto, 2012, pp. 185-202. Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Brasil.

TEIXEIRA, A. M. S. **Ensino individualizado: Educação efetiva para todos.** In: HÜBNER, M. M. C; MARINOTTI, M (Org.). Análise do comportamento para a Educação. Contribuições recentes. ESETec: Santo André, p. 65 – 101, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (**UFSM**): Estrutura Curricular do Curso de Pedagogia Noturno, versão 2007. Disponível em <<https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/pedagogia/informacoes-do-curriculo/curso/1059/curriculo/101593>>. Acesso em: ?????

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (**UFSM**): Estrutura Curricular do Curso de Pedagogia Noturno, versão 2019. Disponível em <<https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/pedagogia/informacoes-do-curriculo/curso/1059/curriculo/104054>>. Acesso em: ????

VIGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

YIN, Robert. **Estudo de caso**. São Paulo: Ed. Bookman, 2005.